

HISTÓRIA E POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO FORTE SÃO JOAQUIM, RORAIMA, BRASIL

HISTORY AND ARCHAEOLOGICAL POTENTIAL OF FORT SÃO JOAQUIM, RORAIMA, BRAZIL

Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque ⁱ

Veleda Christina Lucena de Albuquerque ⁱⁱ

Resumo O estabelecimento do Forte de São Joaquim, em Roraima, desempenhou um papel fundamental na ocupação do extremo Norte do Brasil no século XVIII. O artigo traz uma visão sobre o cenário político da época, em particular da formação das fronteiras sul-americanas. Trata das razões primordiais que demandaram a construção daquele forte, assim como da complexidade da logística empregada, tanto para o desbravamento da área quanto para a fixação de um posto militar na região. Avalia seu papel estratégico como controle da fronteira e marco permanente da presença lusitana naquelas terras. Sugere o estudo arqueológico das ruínas do forte e seu entorno como fundamento às ações de preservação e expansão da memória cultural local, mormente considerando o número reduzido de bens históricos preservados na região, o estado de abandono em que se encontra, o que colabora com a crescente amnésia que se instala acerca do esforço despendido para sua implantação e da importância daquela fortificação. **Palavras-Chave:** Arqueologia Histórica, Arqueologia de Fortificação, Arqueologia Amazônica, Fortificações Coloniais, Fronteiras.

Abstract: The establishment of the Fort of São Joaquim, in Roraima, played a fundamental role in the occupation of the extreme north of Brazil in the eighteenth century. It deals with the primary reasons that demanded the construction of that fort, as well as the complexity of the logistics employed, both for the clearing of the area and for the establishment of a military post in the region. He evaluates their strategic role as border control and permanent landmark of the Portuguese presence in those lands. It suggests the archaeological study of the ruins of the fort and its surroundings as a basis for the actions of preservation and expansion of the local cultural memory, especially considering the small number of historical assets preserved in the region, the state of abandonment in which it is, which collaborates with the growing amnesia that is installed about the effort spent for its implementation and the importance of that fortification. **Keywords:** Historical Archaeology, Fortification Archaeology, Amazonian Archaeology, Colonial Fortifications, Borders.

ⁱ Laboratório de Arqueologia da UFPE. E-mail: marcos@brasilarqueologico.com.br

ⁱⁱ Arqueolog Pesquisas Ltda. Email: veleda@brasilarqueologico.com.br.

Introdução

O Sistema Europeu já havia ocupado várias terras longínquas antes de sua chegada ao Novo Mundo. Os portugueses já haviam desenvolvido um considerável complexo náutico, utilizando o sistema duplo de velas quadradas e triangulares, que lhes permitia navegar contra ou a favor dos ventos. Podiam assim subir e descer a corrente dos alísios em seu sopro quase constante. Logo cedo já haviam atingido as costas, da terra que viria a ser chamada Brasil. Chegaram àquela costa, do outro lado do Atlântico Sul e, de início, dedicaram-se ao comércio de produtos da terra, como o pau-brasil, obtido por escambo com os nativos locais.

Mesmo a implantação de pequenos pontos de fixação de portugueses, as ‘feitorias’ (Mello, 1969), parecia não incomodar os locais, frequentemente estabelecidos um pouco afastados da costa. Naquelas ou Nas feitorias eram armazenados para embarque os produtos da terra negociados com os nativos; poucos homens eram deixados nestes pontos. Este contato com os indígenas da região parece ter sido inicialmente pacífico, com trocas amistosas, como pudemos supor em decorrência dos resultados obtidos com a pesquisa arqueológica que trouxe à tona a Feitoria de Cristóvão Jaques, implantada em 1516 (Albuquerque, 1993).

As camadas arqueológicas escavadas revelaram que ao longo da duração daquele contato houve uma transformação significativa no material arqueológico depositado ao longo do tempo. Na camada mais antiga, o material arqueológico depositado no nível mais profundo do sítio, era constituído maciçamente por cerâmica indígena, da Tradição Tupiguarani¹. Raríssimos fragmentos de louça europeia se encontravam associados àquele material, o que demonstra que não se tratava inicialmente de uma ocupação indígena, mas de um local de contato entre aquelas culturas. A proporção quantitativa entre o material arqueológico indígena e o material arqueológico de origem europeia foi gradativamente se alterando na estratigrafia, à medida que as camadas se aproximavam da superfície, denotando que o material indígena foi sendo gradativamente substituído por material de origem europeia. Esse quadro reflete o que parece se tratar de um contato pacífico pelo menos no início, daquela relação entre povos.

Mas logo as relações não se limitaram ao escambo com os nativos, como de início também fizeram os franceses e outros povos europeus. Muito cedo as expedições enviadas por Portugal reconheceram todo aquele vasto litoral e, pressionados pelo assédio de outras bandeiras,

1 Possivelmente essa cerâmica não seria o objeto de comércio; talvez servisse ao transporte de alimentos.

portugueses se empenharam em ocupá-lo, com base na Bula Inter Coetera, assinada pelo Papa Alexandre VI. A estratégia empregada, com a divisão em capitanias não se mostrou eficaz em todas elas.

Diferentes fatores contribuíram para que a fixação portuguesa fosse inicialmente bem-sucedida nas capitanias do Norte do Brasil (atualmente Nordeste do Brasil). Ainda que as ordens régias apontassem para a busca por minas, ouro, prata, aqueles primeiros colonos dedicaram-se primordialmente à produção tanto de produtos para o consumo próprio, quanto da cana-de-açúcar, e mais, da própria produção do açúcar. Esta atividade passou a representar uma significativa fonte de renda, que em alguns momentos era mais valorizada que o ouro.

As relações, a este tempo, já se haviam em grande parte, deteriorado, mormente face à necessidade de emprego de mão de obra indígena no cultivo dos campos de cana. E a reação indígena se mostrou também violenta. Afeitos às guerras intertribais, os nativos dispunham de um arsenal menos moderno, sem armas de fogo, mas não menos efetivo. Aos arcos, flexas, lanças e tacapes somavam-se estratégias muito efetivas nas condições locais. As cobertas de palha que eram bastante comuns e vulneráveis às flechas incendiárias; mesmo as 'armas químicas' feitas com a fumaça de pimenta não conseguiam competir com as 'armas bacteriológicas' europeias como as iscas contaminadas com tuberculose e varíola².

Havia ainda outras estratégias utilizadas pelos nativos, como as armadilhas para as embarcações que adentravam os rios (Figura 1).

O contato com etnias locais, que no início foi pacífico, logo se transformou em conflito. Grupos locais, que antes da chegada portuguesa eram rivais, passaram a ter no português um inimigo comum. Outros grupos, porém, tornaram-se aliados – '*o inimigo de meu inimigo*'. Guerras atrozess ocorreram, que culminaram com a quase extinção de vários grupos nativos litorâneos. Tudo isso antes, e mesmo durante, a chegada de outros europeus. As defesas pontuais, casas fortes, cercas, seja nas vilas, seja nas sedes dos engenhos, antes voltadas a combater as armas indígenas, tornaram-se obsoletas em face da ameaça de inimigos vindos do mar, europeus.

² Roupas de doentes ou mesmo mortos pela varíola eram propositadamente deixados para que os nativos as apanhassem e usasse, contraindo assim a doença que rapidamente se espelhava pela aldeia.



Figura 1: Cerco a Igarassu. Gravura de Theodor de Bry. Fonte: Staden Duas Viagens ao Brasil 1557.

O desenvolvimento da produção e comércio do açúcar, que estimulou a criação de vilas, de novos engenhos, despertou ainda mais o interesse de outros povos europeus por aquelas terras. Um sistema defensivo foi intensificado para garantir não apenas os portos, como as demais áreas ocupadas pelos portugueses. Como resposta, foi intensificado o sistema de defesa com a construção de fortes e redutos. Fato é, que não impediu a chegada de outros europeus, alguns dos quais, como os holandeses³ que ocuparam parte do território brasileiro por vinte e quatro anos, quando ocorreram violentas batalhas, conflitos e embates menores.

Como já abordamos em trabalhos anteriores, o estudo e o consequente entendimento das fortificações do período colonial permite uma ampla visão de múltiplas áreas do conhecimento do que veio a se tornar o Brasil dos dias atuais. Não podemos nos esquecer que a construção e a manutenção de uma fortificação se encontram diretamente relacionadas com algo a defender. Seja uma conquista de terra, a expansão de um território ou a defesa de uma crença, o que implica necessariamente em conflitos, guerras, mortes, mas que não é um caso particular dos

³ Os neerlandeses, ocupantes das terras baixas, ficaram conhecidos no Brasil como holandeses.

portugueses ou do que veio a se configurar como Brasil. Lamentavelmente é a história do *Homo sapiens*, e que permanece ainda atualmente.

Não esperemos ingenuamente encontrar o “bom selvagem” no Novo Mundo, nem tampouco o “bom europeu”. Por outro lado, aquelas terras já se encontravam ocupadas há milhares de anos, por grupos que para aqui migraram, que se integraram ao meio ambiente e que disputaram entre si, território, que desenvolveram regras sociais e suntuárias, sistemas agrícolas, de caça, de pesca, que desenvolveram técnicas de combate. Era o Sistema Americano, interrelacionado, “estável” e independente. Um sistema que, como aquele das florestas africanas, cedeu às propostas dos europeus de caçarem e apresarem seus ‘inimigos’, e levá-los aos europeus como escravos.

A experiência portuguesa no Nordeste do Brasil lhes permitiu uma visão ampla, sobretudo da Zona da Mata. A exploração e o sucesso da cana de açúcar, a construção de engenhos, a edificação de fortes, os combates e alianças com as populações locais geraram um conhecimento destas terras que estimularam o interesse de continuarem gradativamente em direção ao norte do Brasil.

Essa expansão do Sistema Colonial europeu em direção a Amazônia demanda uma especial atenção dos que procuram descrever, avaliar ou mesmo interpretar, seja por uma ótica histórica ou arqueológica. Este mundo novo apresentava diferentes fâcies que não apenas exigia dos portugueses uma extraordinária capacidade adaptativa como não menor capacidade interpretativa é exigida dos que na atualidade se propõe a entender e interpretar essa saga entre os séculos XVI e XXI.

Dentre os vários subsistemas dos que aqui chegaram, o de defesa relaciona-se praticamente com todas as demais atividades. O entendimento deste subsistema facilita a compreensão do que ocorreu para o desbravamento da área, do estabelecimento de alojamentos, do contato com grupos nativos ou de outras origens, o enfrentamento de conquistas ou de defesa. Por conseguinte, o estudo e o entendimento deste subsistema pode ser tratado como um dos elementos fundamentais para uma melhor compreensão da complexidade histórico-cultural de uma sociedade.

No já longínquo século XVII, ocorreu um evento pouco conhecido e que contribuiu de forma significativa para a extensão territorial que o Brasil possui na atualidade. Naquela época o extremo norte do Brasil era visitado e cobiçado por outras nações europeias que não apenas

Portugal. Holandeses, ingleses e franceses não apenas tinham interesse na região amazônica, como a frequentavam.

A União Ibérica estava prestes a ser desfeita, já em 1640, quando no ano de 1637 foi organizada e realizada uma grande expedição comandada pelo capitão-mor Pedro Teixeira. Essa tarefa seria grandiosa e complexa mesmo atualmente, pois não seria simples navegar com 50 canoas conduzindo perto de 2.000 pessoas com culturas e experiências diversas, em um trajeto de ida e volta entre Belém e Vice-Reino do Peru⁴ pelo rio Amazonas. Um jesuíta se fez presente, o que aliás era uma prática comum no contexto da época. Dentre os jesuítas, destaca-se o papel de Cristobám de Acuña que foi responsável pelo registro da expedição em sua obra “Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas” de 1641 (Acuña, 1641).

Tanto a expedição em si como seu resultado, do ponto de vista geopolítico, foram muito importantes para os lusitanos, haja vista que marcou a presença portuguesa nas terras amazônicas, mormente em relação à Espanha, quando a União Ibérica se findava, pois reforçava a condição de “*Uti possidetis*”, o que veio a interferir no Tratado de Madrid. Os portugueses não apenas se fizeram presentes como erigiram marcos de pedra em Yurimaguas, nas proximidades da fronteira Peru/Colômbia. Ainda como consequência desta expedição, novas penetrações jesuíticas redundaram em novos aldeamentos.

Pretendemos atingir, neste trabalho, o Forte de São Joaquim, em Roraima, e seu papel na fixação portuguesa na região, sob a visão da Arqueologia. A realização de uma escavação arqueológica na área poderia, a despeito de registros históricos, ampliar, detalhar o painel de relações iniciais do contato entre culturas, como o fizemos na Feitoria de Cristovão Jaques, em Pernambuco e em tantos outros sítios em que realizamos pesquisa arqueológica. Com uma abordagem arqueológica, se buscava compreender a saga da ocupação portuguesa do extremo Norte do Brasil, o que agradou alguns e desagradou a muitos, como indígenas, espanhóis, holandeses e franceses.

Foi longa e complexa a expansão lusitana para o Norte. A tentativa de ocupação/administração através de capitânias não prosperou na maior parte do território. Poucos recursos dispendidos pelos Capitães, a resistência indígena, a ação de outros povos europeus ocupando as terras e, até mesmo, os objetivos da Coroa para com a administração da ocupação foram fatores que conspiraram contra a fixação portuguesa inicial. A Coroa insistia para que os donatários

4 Atualmente no Equador.

investissem na busca de metais preciosos e na derrubada do pau-brasil, uma visão extrativista, que era contestada, por exemplo, por Duarte Coelho, Donatário de Pernambuco, que objetivava implantar a “produção de açúcar em pequenos e médios engenhos com espaço para uma diversificação no uso da terra”⁵. Assim o fez, e Pernambuco prosperou; em São Vicente, que também prosperou, se investiu também na produção de açúcar.

No sentido Norte, a capitania do Maranhão abrangia a porção oriental do Pará e a ilha do Marajó. Alguns outros europeus também se interessavam pelas terras do Norte brasileiro. Com a fundação de São Luiz do Maranhão, foi implantado um sistema de defesa para garantir sua fixação, sobretudo face o grande interesse na área por parte dos franceses que ocuparam a Vila por um período. A região de São Luiz no Maranhão assistiu à criação da “França Equinocial”, que prosperou até ser retomada e expulsos os franceses. Daquele sistema de defesa, pouco resta aparente. A nossa equipe chegou a realizar uma avaliação do potencial arqueológico, porém o projeto arqueológico não veio a se concretizar o que traria um melhor entendimento do sistema defensivo da região.

Ainda caminhando para o Norte, em 1616, cem anos após a criação da Feitoria de Cristóvão Jaques, em Pernambuco, Francisco Caldeira Castelo Branco funda o povoado de Feliz Luzitânia (que deu origem a Belém), oportunidade em que foi construído o Forte do Presépio.

Durante o período da União Ibérica, e mesmo posteriormente, o panorama administrativo do Brasil sofre significativas alterações. No Norte, o Maranhão é administrativamente separado do Brasil, passando, em 1654, a se chamar de ‘Maranhão e Grão-Pará’. Em 1737, outra alteração geopolítica foi implantada, oportunidade em que a capital foi transferida de São Luiz para Belém. Essas alterações ficaram definidas em 1751 com a designação de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Inúmeras outras alterações ocorreram, do ponto de vista geopolítico, de significativa importância para o entendimento da região, cujos detalhes escapam ao escopo deste trabalho.

Problemas com a Guiana Francesa, com a transferência de Mazagão do Marrocos para o Amapá, a presença de europeus no Cabo Norte, enfim, houve muita efervescência política, econômica, militar e diplomática até chegarmos a entender, embora superficialmente, a não menos complexa atividade para a ocupação de Roraima. Embora não seja o objetivo deste trabalho um detalhamento da História de Roraima, torna-se necessário o conhecimento de alguns elementos para que seja possível o entendimento das razões primordiais que demandaram a construção

5 <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/capitanias-hereditarias.htm>

do forte de São Joaquim, bem como de sua preservação para a memória e manutenção do que ainda resta.

Com a criação da Capitania de São José do Rio Negro, no ano de 1755, inúmeras expedições foram organizadas objetivando um melhor conhecimento da região. O momento era muito sensível, do ponto de vista estratégico: ou conhecia e ocupava, ou outros europeus, notadamente holandeses e ingleses, ali se instalariam. Basta uma simples leitura da “Descrição relativa ao Rio Branco” de Manoel da Gama Lobo d’Almada para se formar um consenso do quadro em que se encontrava a região (d’Almada, 1787).

Espanhóis, vindos do Orinoco, penetravam na região utilizando sobretudo a confluência dos rios Uraricoera e Tacutu. Se não bastasse a preocupação com os espanhóis, havia ainda a penetração holandesa e inglesa⁶ que já mantinham plantações em alguns pontos do extremo norte. Fatos extremamente importantes e que demandam uma extensa pesquisa arqueológica, porém os conflitos não se limitavam apenas aos demais europeus; os portugueses mantiveram conflitos com vários grupos locais como os Macuxi, Wapichana e Taurepang.

Começamos agora a nos aproximar do nosso objetivo, o Forte de São Joaquim, no atual estado de Roraima. Uma avaliação de sua construção e ocupação, desde a escolha do terreno até os meios disponíveis para a sua implantação e manutenção. De início, faz-se necessário uma avaliação com base no conhecimento então disponível e nos meios de transporte viáveis naquela ocasião.

Esta primeira aproximação deve conduzir o pesquisador a um entendimento atual da cartografia, da navegabilidade na região, dos diferentes biomas entre Belém e Bomfim, no estado de Roraima, onde se localiza o Forte.

Em um momento subsequente seria útil ao pesquisador procurar avaliar o transporte em canoas, o tempo de deslocamento, a força motriz, os pontos de apoio ao longo do trajeto, o preparo de alimento para o efetivo da expedição, o reabastecimento de víveres, o encontro com grupos hostis, além do próprio caminho a ser percorrido.

Aqueles pioneiros, partindo de Belém, navegariam pelo Amazonas, com seus meandros e furos, em canoas à remo, rio acima, tendo que decidir a cada encontro, o curso a seguir. Um longo

6 Os espanhóis vindos da Venezuela, utilizavam possivelmente o rio Tacutu como via de penetração, enquanto o Uraricoera, servia de acesso aos holandeses, provenientes do Suriname.

trajeto, sujeito às secas do rio, às cheias que se alternavam entre as temporadas de chuvas torrenciais e o degelo andino, que faziam subir o rio, que dava força às suas águas. No “Lugar da Barra” (São José da Barra do Rio Negro, hoje Manaus), deixando o curso principal, entrava-se pelo rio Negro, subindo até atingir a foz do rio Branco, atingindo o que é hoje a cidade de Boa Vista. Ainda subindo o rio Branco, se atinge a confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, onde foi fundado o Forte de São Joaquim. O pesquisador que se dedique ao estudo tanto da região como do forte especificamente, deve pelo menos refletir sobre esse trajeto, na rota fluvial que, na melhor das hipóteses, tem início em Belém. Avaliar o tempo despendido nos preparativos e no trajeto, o lidar com o grupo heterogêneo, com os percalços como eventuais doenças, com o sobressalto de possíveis ataques, com a proteção dos alimentos secos, com as incertezas da caça para a alimentação de tantos (Figura 2).

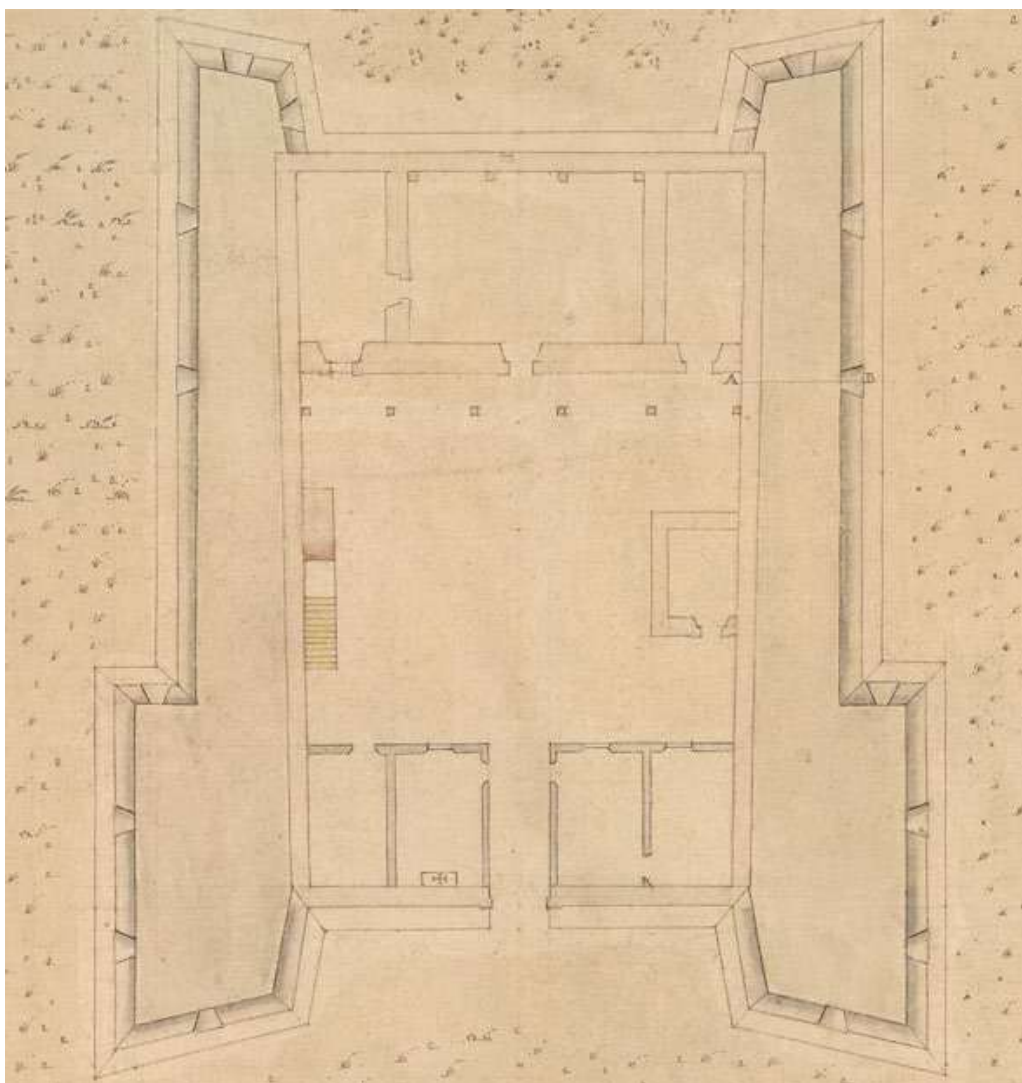


Figura 2: Detalhe do 'Plano do Forte de São Joaquim do Rio Branco, Acervo da Biblioteca Nacional (249894 - 1955), disponível em cart249894. Acesso 14/10/2025.

Retomando a questão política da implantação do Forte de São Joaquim, não seria apenas a vulnerabilidade portuguesa na região que levou a Coroa a reforçar ali a presença militar. Em decorrência do Tratado de Madri, era necessário garantir a ocupação portuguesa na região, evitando a presença de outros povos, o que traria riscos iminentes de perda territorial aos portugueses. Assim, D. José I, por uma provisão régia, datada de 1752, determinou que fosse construído um forte na região do Rio Branco, o que teve início apenas em 1775. Coube ao engenheiro alemão Frederico Sturm essa empreitada desafiadora. A planta deve ter sido elaborada por Antonio Landi, arquiteto que deixou sua marca indelével na região Norte do País. Atualmente, dispõe-se de uma planta do Forte de São Joaquim⁷ e seu entorno, em que consta o nome de João Pereira de Barros (nome apenso à planta, sem data)⁸.

Embora na região amazônica, nas fronteiras Norte e Oeste do Brasil se tenham implantado complexas, e mesmo grandiosas unidades de defesa, tanto do ponto de vista arquitetônico como operacional, como é o caso da Fortaleza do Príncipe da Beira, da Fortaleza de São José de Macapá, do Forte de Coimbra, a opção para o Forte de São Joaquim foi mais modesta do ponto de vista de suas estruturas de defesa.

Seu papel, entretanto, do ponto de vista estratégico, produziu resultados consideráveis. Instalado logo abaixo da confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, formadores do rio Branco, o Forte pode controlar as investidas estrangeiras. Já tendo analisado, do ponto de vista arqueológico, vários fortes na Amazônia, e escavado alguns, somos de mesma opinião de Adler Homero⁹ (Castro, 2009) e Costa (2023) quanto ao papel desempenhado por esse forte na fixação portuguesa em Roraima. Atuou como controle da fronteira e ainda, ou talvez sobretudo, como marco permanente da presença lusitana naquelas terras atendendo ao Tratado de Madri, servindo como “Marco de Posse” (Costa, 2023) (Figura 3).

7 Ver 'Plano do Forte de São Joaquim do Rio Branco', Acervo da Biblioteca Nacional (249894 - 1955).

8 É possível que este documento se trate de uma cópia do original, assunto que ainda não tivemos oportunidade de avaliar.

9 Ver Castro, A H F de, 2009. 476 p.: il.; 30 cm. V. II – Regiões Norte e Nordeste.



Figura 2: Confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, formadores do Rio Branco. Vista de sua praia, a partir da Forte de São Joaquim. Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.

Com uma planta simples, a sua estrutura foi levantada em pedras, material existente nas formações locais; como cimentante teria sido utilizado o barro,¹⁰ também existente na área. Suas dependências comportavam apenas o efetivo de um pouco mais de uma dúzia de combatentes. É provável que do lado externo existissem algumas estruturas destinadas a apoio, inclusive para indígenas aliados¹¹, prática recorrente em muitos fortes, que mantinham indígenas aliados no entorno do forte, desempenhando diferentes funções. Segundo Castro, (2011), uma pesquisa arqueológica realizada na área, constatou no entorno do Forte São Joaquim, a presença de ‘vilas indígenas’¹² (Figura 4).

10 Não chegamos a analisar a argamassa utilizada, todavia esta não é uma prática pouco usual em áreas com difícil acesso à cal. A referência ao uso do barro consta em Matos (1844), apud. Rosa e Thompson, 2019 p. 69.

11 Na planta citada, existem marcações na área externa do forte, condizentes com barracões, não especificados. São frequentes as referências a barracões, externos ao forte, onde as tropas acampavam, apenas abrigando-se no interior da fortificação nos momentos de combate, ou de risco.

12 Até o momento não tivemos acesso ao Relatório da pesquisa referida.



Figura 3: Detalhe de um trecho de parede remanescente, que mostra uma construção não argamassada, em 'junta seca'. Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.

Naquele local afastado de outras povoações, a provisão de víveres, de armamento e munição tornava-se um problema iminente (Figura 5). O suprimento da “munição de boca”, muitas vezes exigia que soldados se dedicassem à caça e mesmo ao plantio de mandioca, batatas, milho, e outros cultivos de retorno rápido, solução comumente adotadas em diferentes fortificações, maiores e menores. Neste mister, o apoio indígena no entorno dos fortes tornou-se fundamental. Em diferentes ocasiões essa proximidade, e sobretudo a falta de cumprimento de

acordos estabelecidos, conduziu a desentendimentos e mesmo rebeliões violentas (como aquela ocorrida em 1790¹³).

No caso do Forte de São Joaquim do Rio Branco, a questão do suprimento alimentar foi contornada com a implantação de fazendas, em seu entorno. Assim, com o estímulo do próprio Lobo D'Almada, foram implantadas pelo menos três fazendas naquelas cercanias: a São Bento, a São José e a São Marcos, essa última, ainda hoje em atividade, é administrada por um grupo indígena. Tais fazendas, à época, supririam de alimento a tropa do Forte (Figura 6).



Figura 4: Aspecto da topografia no entorno do Forte. Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.



Figura 5: Antiga casa que serviu à administradores da Fazenda São Marcos. Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.

13 Não há registro de combates formais contra potências europeias, mas ocorreram conflitos com populações indígenas, culminando no episódio conhecido como 'Praia de Sangue', em 1790.



Figura 6: Em meio à mata que se regenera, algumas pedras alinhadas ainda demarcam o alicerce das paredes do forte; pequenos trechos das muralhas do forte ainda permanecem visíveis; pedras dispersas refletem a pilhagem de que foi vítima o antigo Forte. Fonte Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.

O comandante Sturm veio a falecer em 1778 e foi sepultado do lado externo do forte que construiu. Cerca de 40 anos após sua morte, restava no Forte apenas meia dúzia de soldados. Pouco depois o Forte foi abandonado; parte das pedras de sua alvenaria foi sendo reutilizada por moradores locais, e esse baluarte da fixação lusitana foi não apenas abandonado, mas sobretudo esquecido.

Na atualidade, o que resta do Forte de São Joaquim se encontra em um estado simplesmente deplorável, praticamente não identificável, salvo por uma placa sinalizadora do Iphan (Figura 8). Parte da população da região não conhece o local e praticamente o restante do Brasil desconhece que um dia existiu e, sobretudo, o papel que desempenhou para a extensão territorial do País.



Figura 7: Placa informativa, assentada pelo Iphan. Fonte Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.

Existe, entretanto, uma Unidade do Exército Brasileiro, o 7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron RORAIMA/7º BIS), cuja denominação histórica é “Batalhão do Forte São Joaquim”. Naquela Unidade Militar reverencia-se o nome do Forte e se busca educar seu efetivo com relação a história local; a unidade possui ainda várias maquetes desse Forte em suas dependências (Figura 9).



Figura 8: Uma das maquetes do Forte de São Joaquim, representando sua primeira feição. Fonte Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012

Por ocasião de nossa visita ao local do Forte, a OM nos recebeu de forma muito solícita, colocando à nossa disposição um ônibus e alguns militares para nos acompanhar, juntamente com uma equipe da Superintendência do Iphan em Roraima (Figura 10).



Figura 9: Reunião com a Superintendente do Iphan/RR e o comando do 7º BIS. Fonte Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.

As ruínas do Forte se encontram no interior de uma propriedade privada, e seu acesso é possível através de contato com o 7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron. RORAIMA/7º BIS), que assumiu a guarda das chaves da área cercada. Tais medidas se mostram necessárias, vez que o terreno é ainda uma área erma, estando sujeita a eventuais ações destrutivas (Figura 11).



Figura 10: Fazenda de gado (propriedade privada) nas proximidades do Forte. Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.



Figura 11: Placa indicativa, com o nome do Forte, no portão de entrada da área do Forte. Fonte Acervo Arqueolog Pesquisas, 2012.

Em 1998 as ruínas do Forte foram inscritas no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan, instrumento de proteção criado em atendimento à Lei nº 3.924, de 1961. Em 2001 o Forte São Joaquim foi tombado pelo Governo do Estado de Roraima como um sítio histórico, o qual ocupa uma área total de 25.738,47 metros quadrados. E, em 11 de setembro de 2014, foi tombado pelo Iphan, sendo inscrito nos livros do Tombo Histórico e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Rosa e Thompson, 2019, p. 65).

Consta ainda no *site* do Iphan que o Forte de São Joaquim do Rio Branco foi tombado como Ruína junto ao Conjunto das Fortificações Brasileiras, Processo T 1613, Processo administrativo 01458.003599/2010-16, em 2022 (Iphan, 2022)¹⁴.

A fronteira Norte do Brasil detém um número muito reduzido de bens de seu Patrimônio Cultural preservado. Em que pesem as dificuldades para a preservação de seus ícones materiais que delinearão e garantiram nossas fronteiras, esforço muito maior foi despendido por aqueles que os construíram e defenderam naqueles longínquos tempos. Muitos desses bens já se perderam como estrutura material, e correm o risco de se perderem na memória coletiva de nosso povo. No caso do Forte de São Joaquim do Rio Branco, o interesse público e privado de valorizar esse monumento nacional deveria juntar esforços envolvendo diferentes instituições, de distintos saberes. Órgãos de diferentes instâncias, dos poderes municipal, estadual e federal que legalmente estejam vinculados com cultura, educação, turismo, e patrimônio cultural, além de órgãos civis que se interessem pela manutenção da memória de tamanha significância para a nossa história. Distintos saberes, experiência comprovada de cada um deles, de modo a cobrir as diferentes etapas de preservação: desde o conhecimento do bem, até seu uso e plano de

¹⁴ Site do Iphan, acesso em 15/10/2025.

preservação. Nesta etapa é particularmente importante a escolha técnica das equipes que deverão atuar no processo; equipes que demonstrem experiência em fortificação. O entendimento da trajetória do Bem, através dos fatos, dos planos, dos materiais empregados e aqueles disponíveis; das técnicas e artifícios para contornar as adversidades que o marcaram são questões importantes na etapa que precede o planejamento da preservação. O conhecimento detalhado do Bem, das soluções encontradas ao longo de sua trajetória, envolvendo não apenas a edificação planejada, mas ainda, os homens que ali viviam e como viviam, permitirá as melhores escolhas para as demais etapas da preservação.

Neste sentido, é fundamental importância que a equipe encarregada de uma pesquisa arqueológica tenha comprovada experiência com a realização de escavação em fortificações, pois a fragilidade do que resta do forte é tamanha que qualquer passo em falso poderá destruir o pouco que resta desta unidade de defesa. Uma pesquisa arqueológica que, além de localizar e registrar evidências de edificações, quer fossem elas de alvenaria ou de taipa, no interior e no entorno do forte, permitiriam o entendimento das distintas atividades do cotidiano de seus ocupantes, em tempos de paz. Informações relacionadas com o cotidiano frequentemente escapam aos relatos documentais que são a fonte de estudos históricos e que, muitas vezes, refletem apenas uma visão segmentar, em que pese a visão hermenêutica dos historiadores.

O entorno do forte poderia trazer novas luzes sobre a vida naqueles tempos, notícias sobre suas mortes. O resgate adequado de restos mortais, eventualmente presentes na área, permitiria somar-se outros aspectos da vida, desde patologias, ou mesmo a '*causa mortis*', ou a expectativa de vida. Dados outros como a origem continental dos indivíduos, suas etnias, compleição física e fontes alimentares.

Peças e utensílios encontrados, depois de extraídas as informações referentes às redes de distribuição, às disponibilidades e acessos, cumpririam outro papel junto a museus onde, expostos à visitação pública, atuariam como 'ponte de conhecimento' entre o público e a pesquisa científica.

Mas a participação da Arqueologia não se encerraria com relatórios e análises de peças, deveria participar, junto a arquitetos e comunicadores experientes, do projeto de preservação, quaisquer que fossem as diretrizes, da consolidação à reconstituição fundamentada, à critério das autoridades legais. A contribuição da Arqueologia poderia ainda se estender junto aos agentes do turismo, através de sugestões de temas a serem explorados no turismo cultural, no

turismo exploratório ou mesmo de lazer, de reflexão, voltados à população local, nacional ou mesmo internacional.

Exemplo disso se teria, como está em voga, uma reconstituição, em pequena escala, de uma expedição aos moldes da que foi executada por Pedro Teixeira. Apenas trechos do percurso, oferecendo uns de maior ou de menor dificuldade; roteiros nos quais estaria incluído história, aventura, natureza, podendo partir ou regressar e até mesmo pernoitar no entorno do Forte de São Joaquim.

Estas reflexões têm por base pensar o Brasil, sua extensão, sua diversidade. Conhecê-lo através dos recursos bibliográficos e digitais, de imaginar os diferentes e diversos panoramas ambientais, fauna, flora, grupos nativos, ainda na atualidade, é fundamental. Na prática, considerando a dimensão continental do Brasil, com seus diferentes biomas, lamentamos constatar que uma porção significativa da sociedade não faz ideia do que realmente exista nos extremos do país. Os recursos audiovisuais alcançam praticamente todo o território nacional, mesmo os rincões mais distantes dispõem de internet. Mas precisamos de conhecimento, de focar em nossas histórias, nas histórias que forjaram nossa sociedade, com seus erros e acertos. De produzir conteúdo, cientificamente balizado, que despertem o interesse de nossa população. É importante se conhecer a história humana, das diferentes culturas, das civilizações, sem descuidar, contudo, de nossa própria história. Em fins do século XIX, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano já chamava a atenção para a forma como era privilegiada a coisa estrangeira à causa nacional:

Esta incuria pelas cousas da historia patria, não é só cumplicidade de muitas das inteligencias illustradas desta provincia. E' uma especie de fatalidade entre os homens illustrados, importam-se mais com a historia da antiguidade, e com a de povos estranhos do que com a historia do paiz, que Deus lhes destinou para sua residencia no tempo; e com os factos momentos das gerações, que os precederam na residencia desse mesmo paiz

Neste sentido, entendemos ser fundamental a formação e exercício, nas diferentes profissões, de uma visão ao mesmo tempo da unidade nacional e dos vieses regionais e suas peculiaridades, suas histórias.

Consideramos assim, que a essência maior é levar a consciência de que uma “Sociedade que não conhece seu passado não tem perspectiva de futuro”. Futuro que avalie criticamente erros e acertos.

Referências

- ACUÑA, C. de., 1994. Novo Descobrimento do Rio Amazonas. Edição bilíngue. Tradução e introdução de Antônio R. Esteves. Uruguay: Oltaver S.A. Buenos Libros Activos. Coedição: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil.
- ALBUQUERQUE, M. A. G. M., 1993. O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 7, pp. 99-123.
- ALMADA, M. G. L., 1861. Descrição relativa ao Rio Branco, e seu território. Ano de 1787. *Revista do IHGB*, 24, pp. 617-683. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/descripcao-relativa-ao-rio-branco-e-seu-territorio-ano-de-1787> [Acesso em 20 out. 2025].
- CASTRO, A. H. F., 2009. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Volume II – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro.
- CASTRO, A. H. F., 2011. Estudos históricos sobre o forte de São Joaquim do Rio Branco. Rio de Janeiro: Iphan.
- CASTRO, A. H. F., 2013. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, 1(1), pp. 08-22.
- COSTA, G. G., 2023. Forte, fortalezas e fortins portugueses na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas.
- MELLO, J. A. G., 1969. A feitoria de Pernambuco (1516-35) e o reduto dos Marcos (1646-54). *Estudos Universitários*, 9(1), pp. 73-84. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/255354> [Acesso em 20 out. 2025].
- OLIVEIRA, R. C., 2011. Informação técnica sobre as perspectivas de socialização do patrimônio histórico roraimense contidas no projeto “Memória do Forte São Joaquim do Rio Branco”. Informação Técnica nº 003/2011. Boa Vista: DT/Superintendência Estadual de Roraima/Iphan.
- ROSA, T. F. e THOMPSON, A., 2019. Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco em Roraima: valor, memória e usos para o futuro. In: ALBUQUERQUE, C. V., org. Coletânea de artigos patrimônio cultural de Roraima. Boa Vista: Iphan-RR. pp. 240.